



## CRISE GLOBAL DA DÍVIDA: VAMOS ASSUMIR ESSA CONTA?

Representantes do FMI e do Banco Mundial têm repetido que o contágio da crise financeira é uma “fatalidade” inevitável para o Brasil e demais países em desenvolvimento. Autoridades do governo brasileiro já não falam em “marolinha”, mas apresentam a iminência da crise financeira para justificar diversas medidas antissociais: cortes de recursos destinados a áreas sociais; descumprimento de acordos de reajustes de vencimentos para servidores públicos e para os aposentados; privatização da previdência do setor público (PL-1992), privatização de jazidas de petróleo do pré-sal, de aeroportos, de hospitais universitários, entre outros serviços e bens essenciais ao país.

### A CRISE FOI PROVOCADA PELOS BANCOS

A atual crise financeira estourou em 2008 nos Estados Unidos e se alastrou para a Europa, porque OS GRANDES BANCOS DO NORTE AGIRAM DE MODO IRRESPONSÁVEL, criando séries e séries de produtos financeiros sem respaldo – os derivativos. Derivativos não passam de meras apostas e são chamados de **Ativos Tóxicos**.

A criação, emissão e comercialização desses papéis foram possibilitadas pelo relaxamento ou simples descumprimento das normas que regiam o funcionamento do mercado financeiro. Sem regras e protegidos pelo “sigilo”, incontáveis operações virtuais passaram a alavancar grandes e lucrativos negócios com derivativos em todo o mundo. Uma BOLHA imensa foi gerada, devido ao constante crescimento do volume de operações.

O problema ficou escondido por vários anos, pois os bancos contam com a facilidade de realizar operações através de rede virtual mundial e, ainda por cima, têm os paraísos fiscais para fazer desaparecer lucros e registros.

Mas a ganância foi grande demais e a BOLHA arrebentou em 2008.

### NAÇÕES SE ENDIVIDAM PARA SALVAR BANCOS

Os governos dos países do Norte – Estados Unidos e Europa – consideraram os bancos “grandes demais para quebrar” e decidiram salvá-los. Várias medidas foram adotadas para esse salvamento e todas elas provocaram a explosão da DÍVIDA PÚBLICA.

Nos Estados Unidos, auditoria inédita realizada pelo Depto. de Contabilidade Governamental sobre operações realizadas pelo FED (Banco Central norteamericano), revelou repasse de US\$ 16 trilhões para o “salvamento” dos mais importantes bancos do planeta, como mostra a tabela ao lado.

Autoridades da União Europeia e ministros de finanças decidiram, em base a documentos secretos, “salvar” os bancos. Importante ressaltar que desde 2008 já se previa que tal decisão empurraria a União Europeia para uma crise.

Além de injetar recursos públicos nos bancos, os governos permitiram a criação de *bad Banks*, instituições destinadas a absorver parte desses papéis podres à espera de uma destinação.

O Brasil e outros países do Sul não sofreram forte impacto da crise logo em 2008, porque a utilização de derivativos pelos bancos do Hemisfério Sul não era muito relevante. Ao invés de o governo brasileiro proibir taxativamente a utilização de derivativos, sua utilização está se alastrando deliberadamente, a olhos vistos. Estão preparando a transferência da crise para o Brasil ???

A consequência do salvamento bancário tem sido o aprofundamento da crise da dívida em todo o continente europeu, com graves danos sociais: perda de empregos, cortes de salários e de aposentadorias, corte de serviços de saúde, educação, assistência, privatizações, empobrecimento e desrespeito a direitos humanos.

#### Resgate do sistema financeiro pelo governo norteamericano: 16 Trilhões de dólares

Banco	Valor (em US\$)
Citigroup (EUA)	2,5 trilhões
Morgan Stanley (EUA)	2,04 trilhões
Merrill Lynch (EUA)	1,949 trilhões
Bank of America (EUA)	1,344 trilhões
Barclays PLC (UK)	868 bilhões
BearStems (EUA)	853 bilhões
Goldman Sachs (EUA)	814 bilhões
Royal Bank of Scotland (UK)	541 bilhões
JP Morgan Chase (EUA)	391 bilhões
Deutsche Bank (Alemanha)	354 bilhões
UBS (Suíça)	287 bilhões
CreditSuisse (Suíça)	262 bilhões
Lehman Brothers (EUA)	183 bilhões
Bank of Scotland (UK)	181 bilhões
BNP Paribas (França)	175 bilhões

Fonte: <http://www.gao.gov/products/GAO-11-696>

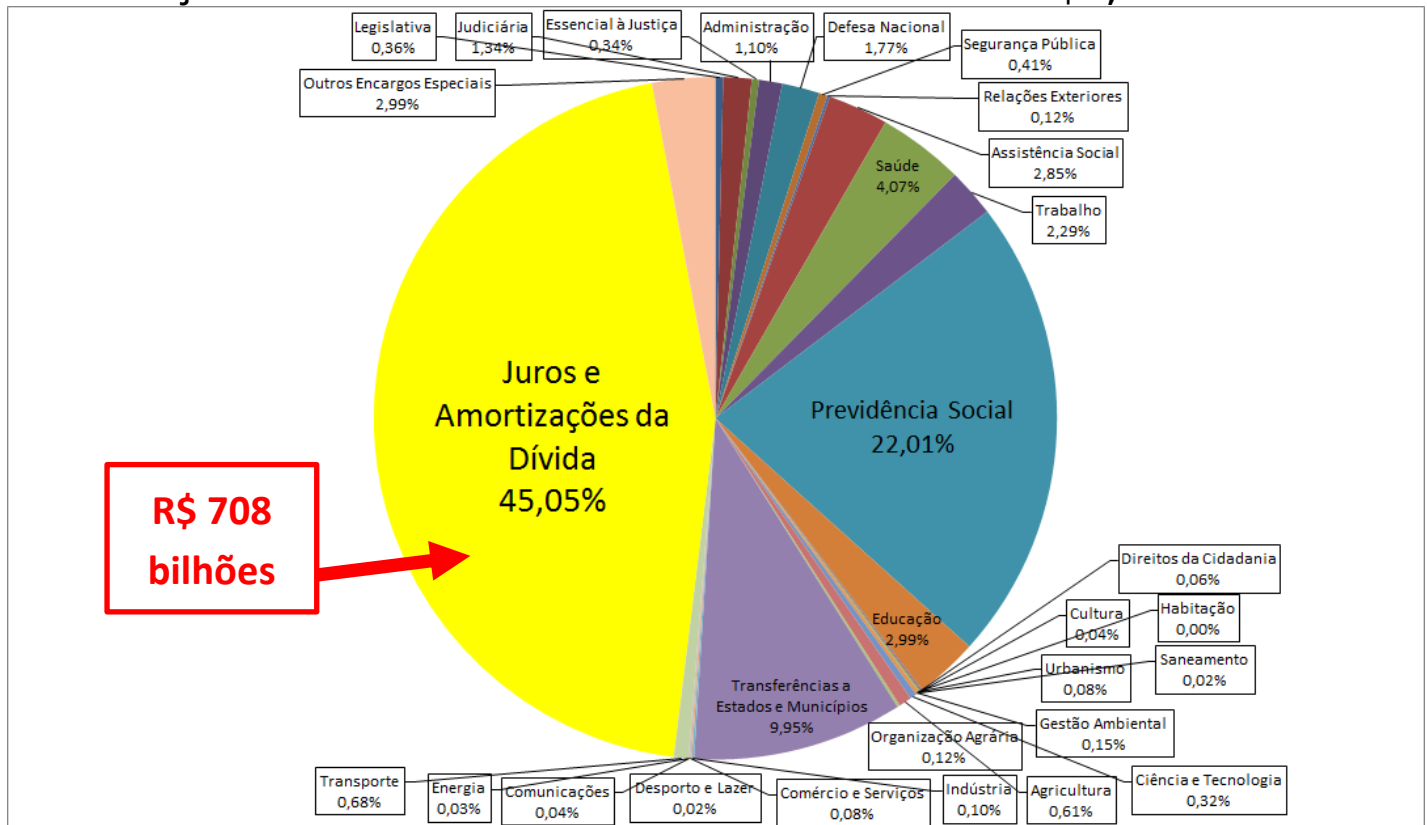
NAÇÕES PASSAM A SACRIFICAR CADA VEZ MAIS O POVO PARA COBRIR PREJUÍZOS DOS BANCOS QUE AGIRAM COM IRRESPONSABILIDADE.

### NECESSIDADE DE AUDITORIA

**É URGENTE INVESTIGAR ESSA DÍVIDA E REVELAR A VERDADE. O instrumento para se realizar essa investigação é a AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA.**

# O PAGAMENTO DE JUROS e AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA CONSUME QUASE A METADE DOS RECURSOS DA UNIÃO

Orçamento Geral da União de 2011 - Executado - Total: R\$ 1,571 trilhão



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Nota: O valor de R\$ 708 bilhões inclui o chamado "refinanciamento" ou "rolagem", pois a CPI da Dívida Pública comprovou que parte relevante dos juros são contabilizados como tal. Para mais informações ver [http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2012-01-15.2486469250/document\\_view](http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2012-01-15.2486469250/document_view)

## Em 2011 foram gastos quase R\$ 2 bilhões por dia com a Dívida Pública. Quem paga essa conta?

**Você!** Você, sua família, todos os brasileiros pagamos a Dívida Pública de várias formas: pagamos diretamente por meio dos tributos embutidos em tudo o que consumimos ou recebemos. Pagamos também por meio dos serviços públicos que deixamos de receber em razão do corte de gastos da Saúde, Educação, Segurança, Transporte, Saneamento, Cultura, Assistência Social, etc.

**A Dívida Pública é o centro dos problemas nacionais.** A política econômica do país está orientada para privilegiar o pagamento de juros e amortizações dessa dívida, que consumiu R\$ 708 bilhões em 2011, que representam 45% dos recursos do Orçamento Federal. Enquanto isso, áreas sociais fundamentais receberam muitas vezes menos: Saúde apenas 4%, Educação 3%, Segurança bem menos de 1% (0,41%), e para a necessária Reforma Agrária quase zero (somente 0,12%).

**Vivemos um grande paradoxo no Brasil:** Somos a 6ª Economia do Mundo, com imensas riquezas e potenciais. Por outro lado, somos um dos países mais injustos do mundo (3ª pior distribuição de renda segundo o índice de Gini) e, vergonhosamente, o 84º em atendimento aos direitos humanos (segundo o IDH medido pela ONU), pois milhões de brasileiros ainda vivem na miséria, passam fome, e mais da metade da população sequer tem acesso a Saneamento Básico. **O privilégio da Dívida representa grande ameaça aos Direitos Sociais no Brasil.**

**FALTA DE TRANSPARÊNCIA:** O governo não divulga o montante dos juros nominais da dívida pública que estão sendo efetivamente pagos. Nem mesmo à CPI da Dívida concluída em 2010 na Câmara dos Deputados esse dado foi revelado. A referida CPI comprovou que parte relevante dos juros pagos está sendo indevidamente contabilizada pelo governo como se fossem "amortizações". Para agravar ainda mais a falta de transparência, a maior parte dessas "amortizações" é informada como se fosse mera "rolagem" ou refinanciamento da dívida, mas, na realidade, é referente aos juros pagos por todos nós.

Também não há transparência quanto ao montante da Dívida Mobiliária. O governo divulga a dívida "líquida", conceito que é utilizado apenas no Brasil, pois não tem nenhum sentido lógico, a não ser esconder o montante da dívida sobre a qual são calculados os maiores juros do mundo que estamos pagando.

**AUDITORIA JÁ**

## RISCOS DE TRANSFERIR O LIXO PARA O BRASIL

### Risco para o Fundo Social do PRÉ-SAL

O Fundo do pré-sal não pode servir de lixão para papéis podres! A lei que regulamenta o Pré-Sal determina que os recursos do milionário Fundo Social serão destinados preferencialmente a investimentos no exterior, que está abarrotado de **ativos tóxicos**. A maioria das jazidas do Pré-sal já foram leiloadas para empresas estrangeiras desde 2010, o que representa entrega de nosso patrimônio, dando continuidade às PRIVATIZAÇÕES. Grande propaganda foi feita sobre as "riquezas do pré-sal", mas se não houver afixado acompanhamento cidadão, essas riquezas podem virar "lixo". A sociedade precisa se mobilizar e acompanhar essas aplicações do Fundo Social e debater sobre o alarmante risco ambiental.

### Risco para a aposentadoria dos servidores públicos

A criação de Fundos de Pensão para servidores públicos de todas as esferas – federal, estadual e municipal – e de todos os poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – **trará incomensuráveis lucros ao sistema financeiro**. Instituições financeiras irão administrar as contribuições e não terão nenhuma responsabilidade com o pagamento de benefícios. A modalidade de previdência complementar inserida na Constituição pela Reforma de Lula em 2003 é a de "contribuição definida", isto é, o servidor sabe quanto terá que pagar, mas seu benefício dependerá dos rendimentos das aplicações do fundo.

O Projeto de Lei 1992 cria o FUNPRESP, que deverá ser um dos maiores fundos de pensão do mundo. Na prática, esse projeto se insere em tendência mundial ditada pelo Banco Mundial, de reduzir a participação estatal a um benefício mínimo, como alerta *Oswaldo Coggiola*, em seu artigo "A Falência Mundial dos Fundos de Pensão": **"Com este esquema, o que se quer é reduzir a aposentadoria estatal de modo a diminuir o gasto em aposentadorias e aumentar os pagamentos da dívida do Estado"**.

Toneladas de papéis sem lastro - tratados pela grande mídia como "ativos tóxicos" – estão abrigados em "bad Banks" em várias partes do mundo, à espera de serem trocados por "ativos reais", principalmente em processos de privatizações. Outra parte já está provocando sérios danos aos fundos de pensão, como adverte *Oswaldo Coggiola*: "...**duas Argentinas e meia faliram nos Estados Unidos como produto da crise do capital, levando consigo os fundos de pensões lastreados em suas ações. Na Europa, a situação não é melhor. A OCDE advertiu sobre o grave risco da queda nas Bolsas sobre os fundos privados de pensão, cuja viabilidade está ligada à evolução dos mercados de renda variável: "Existe o risco de que as pessoas que investiram nesses fundos recebam pouco ou nada depois de se aposentar"**.

O art. 11 do PL-1992 não permite ilusões quanto ao risco para os servidores federais brasileiros, pois assinala que a responsabilidade do Estado será restrita ao pagamento e à transferência de contribuições ao FUNPRESP. Em outras palavras, se algo funcionar errado com o FUNPRESP; se este adquirir papéis podres ou enfrentar qualquer revés, não haverá responsabilidade para a União, suas autarquias ou fundações.

## CRISE DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

A partir de 1997, a União aplicou modelo de ajuste fiscal aos estados da federação, obrigando-os a PRIVATIZAR o seu patrimônio em troca de "renegociação" de suas dívidas.

Os estados perderam parte relevante e estratégica de seu patrimônio e ainda passaram a dever à União. O saldo da dívida passou a ser atualizado mensalmente e, sobre esse saldo atualizado os estados ainda arcam com o pagamento de elevados juros de 6% a 9% ao ano. Isto significa "juros sobre juros", o que é ilegal segundo o STF.

O índice utilizado para a atualização mensal do estoque da dívida -- IGP-DI -- é calculado por instituição privada (FGV), e difere do índice de inflação oficial divulgado pelo Banco Central.

A CPI da Dívida Pública demonstrou que o IGP-DI provocou custo excessivo aos estados.

Quem ganhou com a renegociação da dívida dos estados foram os bancos, pois o setor financeiro recebeu títulos da dívida interna federal como pagamento da dívida dos estados, sem nenhuma auditoria sobre aquela questionável dívida. A União não usufruiu do sacrifício dos estados, pois por lei, tudo que recebe dos estados tem que obrigatoriamente destinar ao pagamento da dívida federal que em sua maior parte está nas mãos dos bancos nacionais e estrangeiros. O pagamento da dívida consome grande parte da Receita dos estados, forçando cortes de gastos em saúde, educação, transporte, dentre outros. Para pagar essa dívida, os estados cobram elevado imposto indireto - ICMS - que penaliza toda a sociedade, principalmente os mais pobres.

**FORME UM NÚCLEO DA AUDITORIA CIDADÃ EM SEU ESTADO:** O Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã tem tido vários resultados importantes: a Assembléia Legislativa de Minas Gerais já criou uma Comissão Especial da Dívida de MG. O Núcleo Gaúcho também tem articulado a auditoria da dívida do RS, por meio de ações junto ao Legislativo e o Ministério Público. Em dezembro de 2011, foi criado o Núcleo do RJ. Acompanhe as atividades dos núcleos na página [www.divida-auditoriacidade.org.br](http://www.divida-auditoriacidade.org.br)



## **A política econômica, monetária e fiscal é definida em função da Dívida Pública**

É para privilegiar a Dívida Pública que quase metade dos recursos do Orçamento da União são reservados, prejudicando todas as áreas sociais.

É para garantir rentabilidade extraordinária aos detentores dos títulos da Dívida Pública que o Brasil paga os Juros mais elevados do mundo e não tem Controle de Capitais.

A Política Econômica gira em torno da produção de "Superávit Primário" para dar tranquilidade aos rentistas.

**É PARA PAGAR A DÍVIDA PÚBLICA QUE PAGAMOS TANTOS TRIBUTOS INJUSTOS E REGRESSIVOS, SEM A DEVIDA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

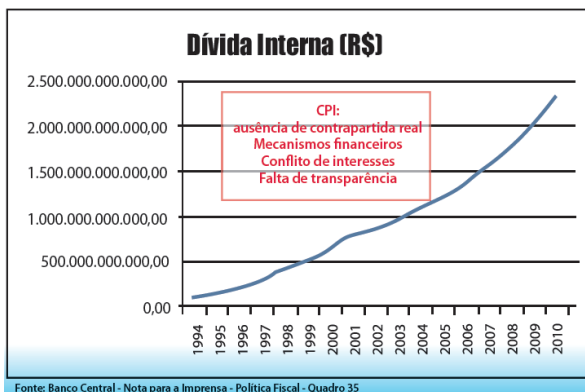
É para pagar dívida pública que o patrimônio público nacional, estadual e municipal tem sido continuamente privatizado por Collor, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma.

A Dívida Pública condiciona a Política Monetária, ditando Metas de "Inflação" que têm servido para justificar sucessivos aumentos dos Juros.

No Brasil, a crise da dívida já existe há muito tempo e os bancos são salvos diariamente à custa do povo, pois aplicam principalmente em títulos da dívida, ganhando as maiores taxas de juros do mundo.

**AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA  
QUE DITA A POLÍTICA BRASILEIRA  
QUE CONSUME ANUALMENTE A METADE DO ORÇAMENTO  
QUE RETIRA DIREITOS CONQUISTADOS E CONGELA SALÁRIOS  
QUE AMARRA O PAÍS, SACRIFICA O POVO  
QUE NÃO PARA DE CRESCER  
QUE JÁ ALCANÇA A CIFRA DE R\$ 3 TRILHÕES ???  
É URGENTE AUDITAR A DÍVIDA, COMO EXIGE A CONSTITUIÇÃO**

## **CPI DA DÍVIDA PÚBLICA**



A CPI da Dívida Pública, concluída em 2010, foi um grande passo para a investigação do processo de endividamento brasileiro e reforçou a necessidade de realização da auditoria da dívida.

A CPI foi uma iniciativa do Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP) e contou com a participação de representantes de vários partidos.

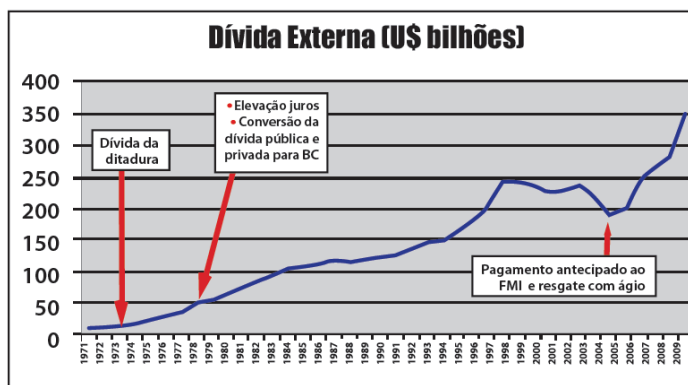
A CPI também levantou documentos que nunca haviam sido acessados e apontou graves indícios e até provas de ilegalidade e ilegitimidade do processo de endividamento brasileiro, mas faltou vontade política para o enfrentamento do que representa o maior problema nacional. Toda a documentação foi entregue ao Ministério Público Federal para o aprofundamento das investigações.

A CPI comprovou documentalmente que Dívida Pública Brasileira

cresceu em decorrência de mecanismos meramente financeiros, sem contrapartida em bens e serviços ao país, e também em decorrência de operações obscuras.

A CPI apontou uma série de indícios de ilegalidades: anatocismo, contabilização irregular de parte dos juros como se fossem amortizações, conflito de interesses na definição das taxas de juros, sucessivos danos ao patrimônio público nas operações de mercado aberto e burla à Constituição Federal.

**A sociedade que paga essa conta merece ter acesso à VERDADE. AUDITORIA JÁ!**



## **Auditoria Cidadã da Dívida**

Coordenadora Nacional: MARIA LUCIA FATTORELLI

SAS, Quadra 5, Lote 7, Bloco N, 1º andar – Brasília – DF – Cep – 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil  
Telefone (61) 2193-9731 – (61) 8147-1196 - E-mail: [auditoriacidada@terra.com.br](mailto:auditoriacidada@terra.com.br)

[www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)